

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: UM OBJETIVO DEMOCRÁTICO¹

Rosana Heringer²

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: UM OBJETIVO DEMOCRÁTICO

Quando a mídia no início de 2003 dedicou grande espaço à experiência (e à polêmica) da reserva de vagas para alunos negros no vestibular nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, muitos brasileiros estavam pela primeira vez diante de um debate complexo, que se intensificou no Brasil nos últimos anos: a promoção da igualdade racial no Brasil.

Embora pareça uma questão recente e aparentemente ausente da agenda política até aquele momento, sempre houve no Brasil a mobilização de organizações negras e de outros setores que lutam contra o racismo e as desigualdades raciais no país.

Esta história de mobilização, principalmente no período democrático recente, permitiu que, no início do século XXI, o Brasil se reconhecesse como uma sociedade onde o racismo e as desigualdades raciais estão presentes. O passo seguinte a este reconhecimento é a determinação em fazer valer os mecanismos políticos, jurídicos e institucionais existentes para que sejam construídas estratégias de redução das desigualdades raciais e combate ao racismo em todas as esferas da sociedade brasileira.

Ao longo da última década, muitas organizações, projetos e ações públicas e privadas passaram a ser implementados visando maior igualdade racial no país.

Iniciativas de combate às desigualdades raciais - Áreas de atuação

	Frequência	Percentual
Educação	38	30,6
Trabalho e geração de renda	25	20,2
Direitos humanos e "Advocacy"	24	19,4
Saúde	3	2,4
Informação	12	9,7
Legislação	8	6,5
Cultura	10	8,1
Outros	2	1,6
Não informado	2	1,6
Total	124	100,0

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais (Heringer, 2001).

O quadro de enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil incluía então um espectro de medidas e propostas que iam desde a adoção de políticas de ação afirmativa até programas que procuram beneficiar grandes contingentes da população negra por meio de políticas focalizadas em comunidades pobres. O impacto desses programas era ainda limitado em termos do número de pessoas que são beneficiadas por eles, seja por seu caráter voluntário ou pela falta de recursos materiais, mas numa situação sócio-econômica tão desigual demonstram a sua relevância.

Será difícil enquadrá-las em uma única classificação, dada à diversidade de atividades desenvolvidas. Na tentativa de agrupá-las, podemos destacar os seguintes tipos de organizações: atividades comunitárias, geralmente em favelas ou bairros de periferia, destinadas à promoção social de crianças e jovens, por meio de reforço escolar, de atividades profissionalizantes e de educação voltadas para o exercício da cidadania; atividades de apoio e estímulo a microempresários afro-brasileiros: estímulo e ampliação do acesso de afro-brasileiros ao ensino superior: esta atividade se dá principalmente servindo-se da organização de cursos preparatórios (pré-vestibular) para o exame de admissão às

universidades brasileiras. Estas são, entre outras, algumas das iniciativas que ilustram a existência de uma mobilização de diferentes setores da sociedade no sentido da adoção de políticas de promoção da igualdade.

Naquele momento predominavam as atividades realizadas por organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais, muitas vezes sensibilizados em relação a questão racial, ainda que não explicitassem este objetivo em suas ações.

Em pouco mais de dois anos, o quadro passou por grandes transformações. O assunto ganhou importância no debate político no Brasil, especialmente em 2001, devido ao processo preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo (CMR). Além da mobilização do movimento negro, um aspecto importante deste processo foi o posicionamento público de alguns representantes do governo, especialmente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado ao Ministério do Planejamento). O IPEA divulgou indicadores que revelaram a dimensão das desigualdades raciais no Brasil (Henriques, 2001). Não se tratava mais de um pequeno grupo de ativistas denunciando a histórica desigualdade de oportunidades entre brancos e negros: o Estado brasileiro adotou um discurso anti-racista, trazendo o tema para o centro da agenda política.

O debate público intensificou-se durante a CMR, quando foi divulgado o relatório oficial do governo brasileiro, incluindo a recomendação da adoção de cotas para estudantes negros nas universidades públicas. Após a Conferência Mundial contra o Racismo, o governo brasileiro deu início a algumas ações que procuraram beneficiar os afro-descendentes.

O governo também atuou, através da Fundação Cultural Palmares, na promoção de debates visando subsidiar a participação brasileira na III CMR. Foi organizado um ciclo de seminários temáticos – com recorte regional – com a participação de diversos especialistas e pesquisadores das relações raciais (Saboia & Guimarães, 2001). Ainda no plano preparatório, após ter se recusado a sediar a Conferência Regional Preparatória das Américas (Prepcon), o governo promoveu a Conferência Nacional Preparatória à III Conferência Mundial contra o Racismo, que se realizou no Rio de Janeiro, em julho de 2001.

No caso das ONGs brasileiras, a participação no processo preparatório da conferência da África do Sul concentrou-se mais nas ONGs e organizações do movimento negro. Mesmo as organizações

indígenas, que atuam em áreas diretamente ligadas à temática desta conferência, não estiveram suficientemente envolvidas. Além do movimento negro e, particularmente, da articulação de mulheres negras, destaca-se a participação da Comunidade Ba'hai e da AMB. Neste período houve críticas à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) por sua pouca participação institucional no processo de preparação da Conferência de Durban, apesar de ter entre suas filiadas organizações do movimento negro e outras que lutam contra o racismo ³.

O fortalecimento do tema dos afro-descendentes no âmbito da pré-conferência regional de Santiago foi possível em função da crescente mobilização de militantes em todo o mundo, constituindo-se como um novo ator global, em articulação com os africanos e os afro-descendentes europeus (Heringer & Lopes, 2003).

Como pudemos observar durante o processo preparatório da conferência, houve uma intensa mobilização por parte das organizações do movimento negro, que permitiu inaugurar no debate público brasileiro, a partir do ano 2001, um novo patamar em termos de propostas, no campo da legislação, das políticas sociais e das prioridades orçamentárias. Apenas num futuro próximo teremos condições de avaliar o impacto real dos debates hoje em curso.

Durante a CMR foi divulgado o relatório oficial do governo brasileiro, incluindo a recomendação da adoção de cotas para estudantes negros nas universidades públicas. O relatório levado pela delegação oficial brasileira a Durban refletiu debates ocorridos nos eventos oficiais preparatórios e também pontos consensuais resultantes do trabalho do Comitê Nacional. Em relação à Comunidade Negra, o documento apresenta um diagnóstico baseado nos dados divulgados pelo IPEA e na legislação vigente. Relaciona então as medidas que o governo brasileiro já havia tomado ou vinha tomando, principalmente aquelas contidas no Plano Nacional de Direitos Humanos. Em seguida lista um conjunto de 23 propostas destinadas à promoção dos direitos da população negra. Entre estas encontram-se “a adoção de medidas reparatórias às vítimas do racismo, com especial ênfase nas áreas de educação, trabalho, titulação de terras e o estabelecimento de uma política agrícola e de desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos” (Brasil, 2001: 25). Inclui também “a criação de um fundo de reparação social gerido pelo governo e pela sociedade civil destinado a financiar políticas de cunho inclusivo no âmbito da educação” (Ibidem, p.26); e, por fim,

como última medida da lista, a “*adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovam o acesso de negros às universidades públicas*” (Ibidem, p. 27). Esta foi sem dúvida a medida que despertou maior interesse e suscitou o mais amplo debate, a partir de sua divulgação. Após a Conferência Mundial contra o Racismo, o governo brasileiro deu início a novas ações que procuravam beneficiar afro-descendentes. As ações desenvolvidas no âmbito federal ocorrem na sua maioria por iniciativa do poder executivo, através de programas próprios nos ministérios ou diretamente a partir da Presidência da República.

No que diz respeito às áreas em que se desenvolvem estas ações, predomina a área de educação, seguida de iniciativas no âmbito do mercado de trabalho, principalmente no serviço público federal e, em alguns casos, municipal. No campo da educação, as ações concentram-se na ampliação do acesso e permanência de estudantes negros ao ensino superior, principalmente através de mecanismos de reserva de vagas, cursos preparatórios e programas de bolsas de estudo e ajuda de custo para os estudantes. Pouco, portanto, está sendo desenvolvido até o momento em relação à ampliação e à qualidade da educação recebida por estudantes afro-descendentes, embora haja orientações recentes do governo federal neste sentido, ainda em discussão.

GOVERNO LULA: REALIZAÇÕES E EXPECTATIVAS

O programa de governo que mais explicitamente voltou-se para os direitos da população negra foi também o vencedor das eleições. O Brasil começou 2003 sob o comando de um presidente nordestino, ex-operário, ex-líder sindical, que trazia na bagagem a responsabilidade de implementar inúmeras mudanças esperadas por diversos setores do país, entre eles os ativistas do movimento negro, uma boa parcela dos quais trabalhou intensamente pela eleição de Lula. Cabe-nos aqui refletir sobre estes primeiros seis meses de governo, analisando em que medida os pontos previstos no programa *Brasil sem Racismo* já começaram e tem chances de se tornar realidade.

Ainda antes do primeiro turno da eleição, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva lançou em Salvador, no dia 09/09/2002 o caderno temático Brasil Sem Racismo, como parte de seu plano de governo. O programa Brasil sem Racismo abrange áreas diversificadas como saúde,

educação, trabalho, comunidades remanescentes de quilombos e segurança pública, entre outras.

Durante a cerimônia de lançamento do programa, Lula afirmou: “Tenho feito muitos discursos e sempre digo que a minha eleição não tem razão de ser se não for para resgatar as dívidas que o país tem com setores da sociedade como os negros, os índios e as mulheres”.

O governo Lula se iniciou com um gabinete composto de três ministros negros (Cultura, Meio Ambiente e Assistência Social), sendo duas mulheres negras⁴. Este aspecto seria reforçado em março de 2003 com a nomeação da ministra Matilde Ribeiro, de cuja pasta falaremos mais adiante e, em maio de 2003, quando o presidente Lula anunciou a indicação de Joaquim Benedito Barbosa Gomes, procurador da República no Estado do Rio de Janeiro para o Supremo Tribunal Federal, tornando-o assim o primeiro negro a ocupar uma vaga nesta corte federal.

Embora haja um intenso debate, não só no Brasil, como em outros contextos, sobre o risco de se supervalorizar este tipo de representação pontual, valorizando a diversidade da composição ministerial - onde, quem é contrário, questiona o significado da nomeação de um ou dois ministros negros se a maioria da população negra continua em situação de pobreza - para a grande maioria dos ativistas anti-racistas este é um aspecto importante para a população negra, pois possui forte apelo simbólico e contribui para se quebrar barreiras artificiais que mantêm historicamente os negros brasileiros afastados dos espaços de poder. Prova do caráter oportuno de uma medida como essa é o fato de que em sua primeira visita ao STF após ser indicado para o cargo, o procurador Joaquim Barbosa foi interpelado por seguranças do prédio e teve que apresentar sua identificação para que pudesse entrar, diferentemente de outros visitantes na mesma circunstância⁵.

Uma outra perspectiva de análise das primeiras ações do governo Lula em relação aos afro-brasileiros diz respeito a algumas políticas e ações específicas que vêm sendo desenvolvidas setorialmente. Pouco depois de assumir o cargo, o Ministro da Cultura Gilberto Gil nomeou o Professor de História da Universidade Federal da Bahia, Ubiratan Castro de Araújo como Presidente da Fundação Cultural Palmares, atendendo à demanda de um conjunto de organizações anti-racistas, tanto do movimento social quanto acadêmicas. Nesta nova

gestão a Fundação tem buscado um maior diálogo com as organizações da sociedade civil. A Fundação continua responsável pela atuação junto às comunidades negras rurais, uma área onde concentram-se historicamente vários problemas políticos e administrativos. No dia 13 de maio de 2003 o presidente Lula assinou Decreto que institui um Grupo de Trabalho inter-ministerial, com prazo de noventa dias para apresentar um relatório dos trabalhos, com o objetivo de discutir o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da regulamentação das terras de remanescentes de quilombo e concentra todas as etapas do processo em uma única instituição, a Fundação Cultural Palmares.

Em 09 de janeiro de 2003 o Presidente Lula sancionou a lei 10.639, de autoria da Deputada Esther Grossi (PT/RS), que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país. Segundo o texto legal, “o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

Esta medida foi amplamente saudada pelos ativistas do movimento negro, pois se tratava de projeto de lei que tramitava a algum tempo da Câmara dos Deputados e que contava com o apoio de várias destas organizações. O fato de ter se constituído em um dos primeiros atos do novo governo sinalizou uma preocupação em dar atenção especial a esta temática. Alguns meses depois, as preocupações voltaram-se para a necessidade de formular, no âmbito do Ministério da Educação, uma proposta de regulamentação da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Para este fim foi constituído, em 17 de abril de 2003, um Grupo de Trabalho formado por representantes do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação; da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; e da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura.

Uma terceira perspectiva através da qual podemos analisar as ações no governo Lula no que diz respeito à questão racial é através da criação, estruturação e atuação do órgão especificamente criado no âmbito do governo federal para promover políticas destinadas aos afro-brasileiros. No dia 21 de março de 2003 o Presidente Lula assinou

decreto criando a *Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*, tendo como titular a Ministra Matilde Ribeiro, assistente social, militante do PT, ex-assessora para assuntos de gênero e raça da Prefeitura de Santo André, São Paulo.

A expectativa é de que a Secretaria seja capaz de articular, estimular e monitorar as iniciativas nestas diferentes áreas, a serem implementadas por diversos órgãos do governo. É justamente no seu desenho e nas suas estratégias de atuação que se encontram os principais desafios deste novo órgão.

Assistimos ao longo dos anos 80 e 90 a diferentes iniciativas em governos estaduais e locais destinadas à promoção dos direitos da população negra. Tiveram a forma de secretarias, coordenadorias, assessorias especiais e, principalmente, conselhos. Independente da nomenclatura destes órgãos, a grande maioria deles caracterizou-se por reduzida autonomia administrativa e escassos recursos. Também foram alvos fáceis de freqüentes reformas administrativas, que se não lhes extinguíam, com freqüência restringiam ainda mais seus recursos e atribuições.

Nos debates sobre sua criação, não faltaram argumentos favoráveis e contrários à presença de um órgão para cuidar da promoção da igualdade racial com este formato transversal, cuja atuação deverá ser em conjunto com diferentes ministérios. Será fundamental que a titular deste novo órgão elabore um plano de trabalho afinado com as expectativas do movimento negro, combinando ao mesmo tempo com as diretrizes gerais do governo de Lula. É nesta interseção que acreditamos ser possível surgir propostas consolidadas de políticas que produzam efeitos duradouros na redução das desigualdades raciais no Brasil.

Se o discurso da inclusão racial vem sendo progressivamente absorvido e explicitado por diferentes setores do governo, as estratégias através das quais esta inclusão será concretizada são objeto de diferentes visões. Fiel à sua própria tradição de esquerda, vários integrantes do governo, inclusive ministros, apostam convictos que a maior igualdade racial será atingida através de políticas universalistas de combate à pobreza e promoção de direitos. Defendem, portanto, o acesso universal à educação, as políticas habitacionais, de saúde, saneamento, entre outras como ações que trariam evidente impacto sobre as condições de vida dos afro-brasileiros. Também a política fundiária, a reforma agrária, o acesso

ao crédito para atividades agrícolas e agro-industriais são apontadas como ações que beneficiariam a população negra.

Outros setores do governo, notadamente integrantes da SEPPPIR e também da Fundação Palmares, vêm defendendo que, apesar do caráter essencial e irrevogável destas políticas universais, são necessárias ações específicas, integradas no conjunto das ações de governo, que tenham como público específico ou prioritário os afro-brasileiros. Tais políticas deveriam se concretizar, portanto, em ações específicas no campo da saúde, do emprego, do ingresso no serviço público, da qualificação profissional, do acesso a programas focalizados de renda mínima e também no campo do acesso ao ensino superior público e gratuito.

As duas ações mais importantes no campo das relações raciais no primeiro ano do governo Lula foram a definição da política para as comunidades quilombolas e a produção de uma proposta para ampliação do acesso da população negra ao ensino superior, apresentada à Casa Civil no início de 2004, que comentaremos mais adiante. Ao mesmo tempo, em 2003 foi aprovado o sistema de reserva de vagas para afro-descendentes pela primeira vez em uma universidade federal, a UnB (Universidade de Brasília).

Os próximos planos do governo Lula em relação as políticas de inclusão da população negra não parecem estar totalmente definidos. Se, por um lado lideranças e intelectuais afro-descendentes foram capaz de garantir um espaço institucional dentro do governo onde podem defender os interesses da comunidade negra - hoje bastante associados com políticas de ação afirmativa no campo da educação e do emprego – por outro sabemos que o governo Lula, como resultado de uma coalizão cada vez mais ampliada e abrangente, caracteriza-se como um campo de disputa onde também fazem parte lideranças e instituições pouco sensíveis às propostas de inclusão racial. Tais representantes apostam nas transformações das relações raciais através do combate às desigualdades sociais existentes no país e outros, minoritários, nem mesmo conferem *status* político significativo ao fenômeno da discriminação racial, “requeitando” o velho argumento da inexistência de conflito racial no Brasil.

A sociedade civil tem e continuará a ter um papel importante nos rumos que o governo vai tomar neste campo nos próximos anos. As organizações negras e anti-racistas possuem a tarefa de demonstrar os

impactos e o sucesso das políticas de ação afirmativa em curso para garantir que as mesmas sejam mantidas e ampliadas. Também deverão ter a coragem de apontar as falhas e limitações das experiências em curso, a fim de que sejam aperfeiçoadas.

O DEBATE SOBRE COTAS NO GOVERNO FEDERAL

Com o governo Lula e a criação da SEPPIR, avançou-se no debate sobre a ampliação do acesso de afro-descendentes ao ensino superior. Já em julho de 2003, durante o lançamento da ampliação do Programa Diversidade na Universidade, foi feito o anúncio sobre a decisão do governo em criar um grupo de trabalho para discutir a questão. Na ocasião, a Ministra Matilde Ribeiro afirmou que o governo apoiava as cotas desde a campanha, mas era necessário intensificar a discussão. Na mesma cerimônia, o então Ministro da Educação Cristovam Buarque afirmou que a proposta de criação do grupo de trabalho não tinha como objetivo impor cotas.

O Grupo de Trabalho Inter-ministerial (GTI) foi lançado em outubro de 2003, reunindo representantes de 11 ministérios, do Conselho Nacional de Educação e da Advocacia Geral da União, com o objetivo de fazer um levantamento completo dos dados sobre desigualdades raciais e étnicas no ensino brasileiro e propor uma política de acesso para afro-descendentes ao ensino superior.

No início de 2004 o MEC entregou à casa Civil uma proposta de Medida Provisória que autorizava as universidades públicas a adotarem cotas. Através desta medida, os autores da proposta tinham o objetivo de legitimar este tipo de medida no país, evitando futuras contestações judiciais e protestos.

A medida também propunha a autodeclaração como mecanismo de identificação dos beneficiários das cotas, e aponta a necessidade de uma pontuação mínima a ser alcançada pelos candidatos que viessem a ser beneficiados pelas cotas. As escolas técnicas federais também estariam incluídas nestas medidas e a medida provisória criava também o PRO-NEGRO (Programa de Ações Afirmativas para Acesso e Permanência de Negros nas Universidades), a fim de dar incentivos e ajudar tecnicamente as universidades na implantação destes programas.

Após alguns dias de indefinição, foi divulgado no fim de janeiro de 2004 que o Presidente Lula havia decidido encaminhar a proposta ao

Congresso, na forma de projeto de lei, a fim de promover maior debate sobre o assunto.

Como resultado da reforma ministerial realizada em fevereiro de 2004, o novo Ministro da Educação Tarso Genro passa a ser um personagem importante neste debate. Manifestando-se inicialmente contrário às cotas, alegando que as mesmas são insuficientes para garantir o acesso dos grupos excluídos à educação superior, algumas semanas após assumir a pasta, o ministro apresenta uma proposta nova para discussão: o aproveitamento de cerca de 100 mil vagas ociosas nas universidades privadas a serem ocupadas por estudantes negros, indígenas, portadores de deficiência e ex-presidiários, já a partir de 2004. Este número representaria 25% das vagas disponíveis nas universidades privadas, que estariam com 37,5% de vagas ociosas. A contrapartida do governo seria um plano de renúncia fiscal que beneficiaria as universidades privadas que adotassem o sistema.

Pelo próprio conteúdo polêmico da proposta, a mesma vem sendo amplamente discutida, com reações críticas e favoráveis de diversos setores. Sem dúvida, ao reordenar o debate nestes termos, o governo ampliar o escopo da discussão, diluindo de certa forma a questão específica da ampliação do acesso às universidades públicas.

Uma das críticas recebidas foi exatamente esta: por que não investir o valor que seria equivalente a esta renúncia fiscal nas universidades federais, para que aí fosse expandido o número de vagas? O MEC alega que, mesmo que esta medida fosse tomada, o número de vagas geradas seria muito menor.

Ao propor reservar vagas nas universidades privadas para negros, índios, pobres e ex-presidiários, é preciso que possamos refletir se o MEC não estaria justamente mantendo a segmentação (que já existe), através da qual os alunos que estudaram em boas escolas no ensino médio iriam para as universidades públicas, enquanto os demais jovens que demandam por vagas seriam encaminhados para as universidades privadas. Não se estaria reproduzindo desta forma a mesma estratificação já vigente no ensino superior?

É fundamental que sejamos capazes de ampliar o número de estudantes negros, indígenas e pobres capazes de ingressar, cursar e concluir o ensino superior, principalmente nas universidades públicas de melhor qualidade. Por um lado, cursos preparatórios, bolsas de estudo e trabalho, bolsas de iniciação científica, entre outras medidas, são

necessárias para que esta ampliação ocorra. Por outro, é preciso rever e transformar os processos de seleção para o ingresso na universidade, levando em conta o potencial do aluno para acompanhar o curso, medido através de exames padronizados, juntamente com outros critérios que se relacionam à origem social e racial dos candidatos.

O princípio mais importante aqui é o reconhecimento de que alguns aspectos que permitem a ampliação de oportunidades não são automaticamente herdados por todos, devido às suas condições socioeconômicas e culturais. Neste sentido, recursos e oportunidades especiais devem ser disponibilizadas pela sociedade a fim de garantir maior igualdade de condições. Tais recursos são, por exemplo, educação de boa qualidade, aprendizado de línguas, treinamento em informática, inserção em determinadas redes sociais, ambiente cultural estimulante e criativo, entre outros. Devemos demandar do Estado, do setor privado e do terceiro setor políticas e mecanismos que permitam melhores condições de competição a todos os jovens, principalmente negros, indígenas e aqueles que vêm de famílias de menor renda.

O DEBATE CONTINUA

As políticas de ação afirmativa ou promoção da igualdade são desenhadas com o objetivo de corrigir desigualdades ou injustiças históricas, reparando erros do passado. Também são justificadas a partir da visão de que a persistente exclusão de determinados segmentos da sociedade dos benefícios coletivos e das oportunidades contribui para uma exclusão cada vez maior, inibindo o desenvolvimento do país como um todo. Se talentos são desperdiçados, deixamos de contar com a contribuição destes indivíduos para a construção do país que desejamos.

É neste sentido que a busca de estratégias que ampliem o acesso e a permanência de estudantes negros no ensino superior apresenta-se como um terreno fundamental para o movimento negro e anti-racista. Estes devem ser capazes de reunir aliados em diferentes setores da sociedade brasileira, vencendo resistências e ampliando sua base de apoio.

Estamos assistindo no Brasil apenas o alvorecer de um processo que provavelmente levará décadas e – esperamos – terá como desdobramento a adoção de políticas cada vez mais eficazes e sensíveis, na busca de maior inclusão social e racial no país. É preciso que o país

perceba que a mobilização contra o racismo não é um tema divisionista, mas sim uma variável que deve ser levada em conta para se pensar o combate à pobreza e as alternativas de desenvolvimento para o Brasil.

Reconhecer que a reprodução, ao longo de décadas, de uma realidade em que os brancos ocupam pelo menos 90% de todas as posições que podem ser identificadas com a elite não reflete os anseios de construção de uma sociedade mais igualitária. A continuidade, em contrapartida, da pobreza negra, deve ser vista com vergonha por todos aqueles que buscam alternativas para o Brasil.

É preciso evidenciar tanto a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira (que reproduz a riqueza majoritariamente branca e a pobreza predominantemente negra) quanto à falácia, já experimentada por gerações ao longo do último século, de que o crescimento econômico – ou a industrialização, a urbanização, o retorno à democracia, o ensino público universal etc. – trariam iguais benefícios para negros e brancos no Brasil.

A definição de estratégias para alcançar maior igualdade racial no Brasil é um objetivo democrático e, por que não dizer, revolucionário, num país que reiteradamente convive com padrões de desigualdade cristalizados ou cuja elite simplesmente dilui o preconceito na aparente ausência de uma linha de cor no Brasil. A desigualdade, que é nossa marca de origem como nação, combinada à diversidade, exige novas e criativas soluções. O debate das cotas, quando feito com seriedade, serve a este propósito: gerar novos consensos, criar novas estratégias, mobilizar recursos públicos e privados com o objetivo de promover maior inclusão social e racial.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. & WACQUANT, Löic. (2002), “Sobre as artimanhas da razão imperialista”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº24:15-34.
- BOWEN, William & BOK, Derek. (2004), *O Curso do Rio – um estudo sobre ação afirmativa no acesso à universidade*. Rio de Janeiro, CEAB/UCAM/ Editora Garamond.
- BRASIL. (2001), *Relatório Brasileiro apresentado à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília, mimeo.

- CEPIA. (2001), *As mulheres e a legislação contra o racismo*. Rio de Janeiro, CEPIA.
- CONTINS, Marcia & SANT'ANNA, Luiz Carlos. (1996), "O Movimento Negro e a questão da "ação afirmativa". Rio de Janeiro". *Estudos Feministas*, vol.4, nº 1.
- HANCHARD, Michael. (2001), *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro, EDUERJ.
- HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson Valle. (1988), *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. São Paulo, Vértice.
- HENRIQUES, Ricardo. (2001), *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão, nº807.
- HERINGER, Rosana. (1995), "Introduction to the analysis of racism and anti-racism in Brazil", in B. Bowser (ed), *Racism and Anti-Racism in World Perspective*. London, Sage:203-207.
- _____. (1999), "Addressing Race Inequalities in Brazil: Lessons from the United States". *Working Paper Series*, Washington, DC, Woodrow Wilson International Center for Scholars, The Latin American Program, nº237.
- _____. (org.). (1999), *A cor da desigualdade: desigualdades raciais no Mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*. Rio de Janeiro, IERÉ/Núcleo da Cor - LPS - IFCS - UFRJ.
- _____. (2001), "Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, ano 23, nº 2:291-334.
- _____. (2002), The Challenge of practice: Affirmative action and diversity programs. *Brazil and the U.S.*. Washington, DC, Woodrow Wilson International Center for Scholars (forthcoming).
- HERINGER, R. & SANT'ANNA, W. & MARTINS, S. & OLIVEIRA, S. de. (1989), *Negros no Brasil: dados da realidade*. Petrópolis, Vozes/Ibase.
- HERINGER, Rosana & LOPES, Sonia Aguiar (org.). (2003), *Sonhar o futuro, mudar o presente: diálogos pela inclusão racial no Brasil*. Rio de Janeiro, IBASE.
- MAGGIE, Yvonne. (2001), "Os Novos Bacharéis: A Experiência do Pré-Vestibular para Negros e Carentes". *Novos Estudos CEBRAP*, nº59:193-202.

- MAGGIE, Yvonne & FRY, Peter. (2003), *Questões de Taxonomia, ou como o Brasil se tornou um país de brancos e negros na era das cotas*. Caxambu, XXVIII ANPOCS.
- MAIO, Marcos Chor. (1999), "O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº41:141-158.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (1996), *Décimo relatório periódico relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial*. Brasília, FUNAG/ Min. da Justiça.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (1998), *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2002), *Programa Nacional de Direitos Humanos II*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.
- MOTTA, Athayde & SANTOS, R. (1994), *Questão Racial e Política: Experiências em políticas públicas*. São Paulo, CEBRAP/ University of Texas at Austin/Fundação Ford.
- MUNANGA, Kabengele (org.). (1996), *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, EDUSP/ Estação Ciência.
- ONU. (2002), *Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília, Fundação Cultural Palmares.
- PAIXÃO, Marcelo. (2003), "A hipótese do desespero: a questão racial em tempos de frente popular". *Observatório da Cidadania – Relatório 2003*. Rio de Janeiro/Montevidéu, IBASE/IteM:57-70.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1998), *Construindo a Democracia Racial*. Brasília, Presidência da República.
- SABOIA, Gilberto Vergne & GUIMARÃES, Samuel P. (orgs.). (2001), *Anais – Seminários Regionais Preparatórios à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. Brasília, Ministério da Justiça/ Secretaria de Estado de Direitos Humanos.
- SANSONE, Livio. (1999), "Racismo sem etnicidade. Políticas Públicas e Discriminação Racial em Perspectiva Comparada". *Dados*, nº.4:1-23.

- SANT'ANNA, Wânia. (2003), *Assimetrias Raciais no Brasil: alerta para a elaboração de políticas*. Belo Horizonte, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.
- SANT'ANNA, Wânia & PAIXÃO, Marcelo. (1997), "Desenvolvimento Humano e população afro-descendente no Brasil: uma questão de raça". *Proposta*. 73.
- SANTOS, Renato Emerson & LOBATO, Fátima (orgs.). (2003), *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro, DP&A/ LPP-UERJ. Coleção Políticas da Cor.
- SILVA JR. Hédio. (1998), *Anti-Racismo: Coletânea de Leis Brasileiras (Federais, Estaduais, Municipais)*. São Paulo, Oliveira Mendes.
- SILVA, Joselina da. (2003), "A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50". *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, nº 2:215-235.
- SOARES, José Francisco & Ribeiro, LEANDRO Molhano & CASTRO, Cláudio de Moura. (2004), "Valor agregado de instituições de ensino superior em Minas Gerais para os cursos de Direito, Administração e Engenharia Civil". *Dados*, vol.44, nº 2.
- SOUZA, Jessé. (org.) (1997), *Multiculturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília, Paralelo 15.
- TEIXEIRA, Moema de Poli. (2003), *Negros na Universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Pallas.
- TELLES, Edward. (2003), *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- WINANT, Howard. (1994), *Racial Conditions: Politics, Theory, Comparisons*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

NOTAS

¹ Este artigo contou com a colaboração da equipe responsável pela pesquisa "Monitoramento e avaliação de políticas de ação afirmativa no Brasil", realizada pelo grupo de pesquisa cadastrado no CNPq "Relações raciais e desigualdades raciais no Brasil contemporâneo", do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes. Equipe: Rosana Heringer, coordenadora; Amauri Mendes Pereira, pesquisador; Monica Treviño, pesquisadora visitante; Aaron Myers, pesquisador visitante; Rosana Giordana de Carvalho, assistente de pesquisa; Simone Freitas, assistente de pesquisa; André Leite, estagiário; Carla Mattos, estagiária. A versão final é de responsabilidade da autora. Versão anterior deste artigo, sob o título "Promoção da Igualdade Racial no Brasil:

2001-2003” foi publicada na revista Tempo e Presença No. 330, ano 25, julho/agosto de 2003, publicada por Koinonia.

² Doutora em Sociologia, Diretora do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes e pesquisadora da Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação); email: r.heringer@uol.com.br.

³ Comentários formulados a partir do Relatório da reunião “Diálogo sobre a Conferência Mundial contra o Racismo”, promovida pela Articulação de Mulheres Brasileira (AMB) e pelo Observatório da Cidadania, em julho de 2001, novembro de 2001 e novembro de 2002, no Rio de Janeiro. Versão sintetizada deste relatório está publicada em Heringer & Lopes, 2003.

⁴ Na primeira reforma ministerial de seu governo, realizada no início de 2004, a Ministra Benedita da Silva foi substituída por Patrus Ananias, ex-prefeito de Belo Horizonte.

⁵ Noticiado na coluna de Anselmo Góis no Jornal O Globo, 06/06/2003.